



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE – (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

REUNIÃO DA COMISSÃO POLITICA DO PAICV

ACTA NR. 02/1988

Sob a Presidência do Secretário-Geral do Partido, Camarada ARISTIDES PEREIRA, reuniu-se a Comissão Política no dia 22 de Janeiro de mil novecentos e oitenta e oito, pelas nove horas, com todos os membros presentes.

Projecto de ordem do dia:

1. - Aprovação da Acta da reunião anterior.
2. - A situação nas Forças de Defesa e Segurança
 - a) apreciação das directivas e recomendações da última reunião da Comissão de Defesa e Segurança ;
 - b) caracterização da situação presente.
3. - Relações Exteriores
 - a) Acordo de cooperação entre o PAICV e o PCUS
 - b) Visita de uma delegação do CN à URSS
 - c) Convite do PS Português para o seu Congresso de 19 a 21/2/88
 - d) Pedido de visita a Cabo Verde de uma delegação do Trabalho da Coreia.

.../...

4 - Diversos

- a) Correspondência da Interafricana Socialista
- b) Informação sobre a Brava.

- Sob proposta dos CDAS. Silvino da Luz e Secretário Geral Adjunto foi introduzido o ponto Informações:

- Sobre a reunião com a delegação Guineense relacionada com a questão da "Naguicave";
- A viagem à Grécia e à Suécia e sobre o Encontro na Sal, com o Primeiro Ministro da Baviera, S.Exa. FRANZ JOSEF STRAUSS.

O CDA. Silvino da Luz informou dos resultados da reunião havida entre as delegações de Cabo Verde e da Guiné Bissau sobre a questão da "Naguicave", da forma como decorreram as discussões, que apesar de não terem sido fáceis, os resultados foram satisfatórios, como atesta o Documento Final saído da reunião de cinco dias, devendo o Acordo para a liquidação geral da sociedade ser assinado no mês de Fevereiro, em Bissau. Daí a necessidade de instruções da Direcção do Partido para oficializar o referido Acordo e também do seu aval para a assinatura de um Acordo Geral de Cooperação com o Governo Guineense, a pedido deste.

Sobre este assunto, o CDA. Oswaldo Lopes da Silva apontou para a necessidade de se não assinar já o Acordo Geral e aguardar-se um pouco mais: resolver-se primeiramente o problema da "Naguicave".

O CDA. Silvino da Luz, retomaria a palavra, dizendo tratar-se de um Acordo de base, que irá permitir demonstrar que "não estamos com um

.../...

pé atrás", a nossa vontade de dialogar e cooperar com a Guiné, no sentido de normalizar cada vez mais as relações entre ambos os Estados.

Para o CDA. José Araújo, é bom que haja um quadro geral de cooperação, sendo a oportunidade, a única questão discutível. Questionou sobre se será o momento mais oportuno, logo depois de se discutir o problema da "Nagucave".

Após alguma reflexão sobre a questão, os membros da Comissão Política foram unânimes em que o CDA. Ministro Silvino da Luz, devesse assinar, o Acordo Geral de Cooperação, a ser apresentado pela Guiné, na sua capital, em Fevereiro de 1988, desde que aceite concluir a questão da Nagucave, nos moldes previstos.

- Ainda no seguimento das suas informações, o CDA. Silvino da Luz, deu a conhecer o programa de visitas a serem efectuadas por ele à Grécia e à Suécia, antes de chegar a Bissau para a assinatura dos Acordos atrás referidos. A ida à Grécia, vem na sequência de um convite adiado no ano transacto, e à Suécia onde irá assinar uma convenção de Segurança Social, visando uma melhor protecção a nossa emigração nesse país, para além de encontros com o seu homólogo sueco.

Sobre estas visitas, o CDA. S.Geral Adjunto, sublinhou que se deve aproveitar para estreitar as relações com os Partidos, nomeadamente com o P.S. Democrático Sueco, o qual poderá ajudar na construção de sedes do Partido, e ver as possibilidades de relação com os Sindicatos, algum apoio a UNIC-CS, sobretudo na construção de instalações.

————— A finalizar as suas informações o Cda. Silvino da Luz relatou os resultados da missão da delegação encarregada de efectuar a missão à Africa Austral para contactar o grupo de caboverdeanos presos na Namíbia, na sequência da decisão da CP de 7 / 12 / 87. Che-

.../...

fiada pelo Cda. Embaixador Antônio Lima, a delegação tinha como objectivo levar uma mensagem política aos sul-africanos e criar uma disposição de aumentar a nossa cooperação com eles e fundamentalmente, para se saber exactamente a sua pretensão e a situação real do grupo de caboverdeanos. Foi dada uma grande importância política a ida da nossa delegação, que foi recebida imediatamente, tendo os sul-africanos mostrado bastante abertos, desejando avançar relações com Cabo Verde, adiantado a vinda de duas delegações técnicas, a 27 e 30 de Janeiro, para tratamento de questões técnicas ligadas ao aeroporto no Sal. A mesma vontade de abertura foi manifestada quanto a questão de Angola.

- Em relação ao grupo em si, composto de 18 caboverdeanos, pretendem que se lhes tire da prisão, trabalhar um pouco para amealharem algum dinheiro e regressar a Cabo Verde. Na opinião do Cda. Embaixador Antônio Lima, deve-se dar o passo seguinte, ou seja, mandar vir essa gente. No entanto, para o CDA. Silvino da Liz fica a questão: vai-se dizer alguma coisa aos Santomenses? aos Angolanos?, tendo em conta a nossa integração nos CINCO? As autoridades santomenses já terão sido contactadas no sentido de acolher os seus cidadãos mas não se manifestaram.

O CDA. Secretário Geral Adjunto, diria ser conveniente introduzir as suas informações sobre o encontro com o Ministro-Presidente da Baviera, S.E. Franz Josef STRAUSS, no Sal, a 19 de Janeiro último.

Assim, o Cda. Secretário Geral Adjunto, começaria por caracterizar a figura do Ministro Presidente do Estado Livre da Baviera e Presidente do C.S.U., grande homem de negócios e prestigiado político europeu, financiador e principal apoio de Savimbi na Europa, interlocutor privilegiado no diálogo entre as duas Alemanhas, passando pelos

.../...

objectivos da sua deslocação a África Austral, que tudo indica ter um carácter de visita de Estado, o que confirma não se tratar de uma visita isolada, mas alguma incumbência a nível do Governo alemão ou mesmo da CEE, dossier África Austral.

(Informações pormenorizadas sobre o encontro, registadas no documento apresentado pelo Cda. Primeiro Ministro e que será anexado a Acta depois de aprovada).

- De realçar a insistência do Ministro-Presidente STRAUSS em Cabo Verde montar uma antena em Bona.

- Ficou assente que o Cda. Embaixador António Pires terá um encontro com S.E. STRAUSS, em Junho próximo.

- Quanto aos angolanos, o Camarada Secretário Geral Adjunto, concorda que se deve dizer algo mas há que sistematizar aquilo que se irá dizer, através de uma mensagem coerente.

- Intervieram de seguida os Camaradas Olívio Pires e Abílio Duarte, dizendo haver toda a conveniência em não se fazer "tabú" com a questão, isso em relação aos angolanos e santomenses.

De acordo com o Cda. Secretário Geral Adjunto, o encontro com S.E. STRAUSS foi oportuna. Figura importante, de extrema direita do ocidente, e mundialmente conhecida, tendo em conta a nossa cooperação com a RFA e o quadro da nossa independência política, para além das importantes informações sobre a África Austral. Em suma, este contacto foi bastante importante em todos os aspectos: político e prestígio para o nosso regime.

- Quanto a ida da nossa delegação à África do Sul, embora concorda que devemos ir lá onde fôr necessário para defendermos os nossos interesses, o Cda. Abílio manifestou a sua reserva dizendo que deve-se ter uma certa precaução no que respeita ao aprofundar as nossas relações diplomáticas.

.../...

É de opinião que se deve continuar a receber essa gente aqui, na sua passagem, pois tem alguma preocupação que desse encontro havido, venham outros de modo a que "não se transforme numa praxis", a fim de evitar alguma complicação.

O Camarada Secretário Geral, sublinharia que as preocupações do Camarada Abílio Duarte foram justas, mas adiantou que também não podemos ficar retraídos e que tal atitude em nada significa mudar a nossa posição em relação a África do Sul, tendo reforçado que tratando-se dos nossos interesses há que ir lá onde fôr necessário para os defender.

O Camarada Olívio Pires manifestando uma dúvida quanto ao que teria trazido o Ministro-Presidente STRAUSS a Cabo Verde, o CDA. Secretário Geral Adjunto informou que o mesmo nem sequer sabia que iria ser recebido no Sal pelo CDA. Primeiro Ministro, tendo feito apenas uma escala técnica no aeroporto.

- Ainda sobre o comportamento dos sul-africanos, o Camarada Silvino da Luz, realçou a forma correcta como trataram a delegação, tendo mesmo aceite o pedido de não divulgarem a nossa presença, para além de outros aspectos importantes, que deverão pesar no flectir da nossa posição em relação a África do Sul, isso tendo em conta a evolução dos acontecimentos e o contexto internacional, que exige uma certa audácia em se jogar com a oportunidade que se nos oferece.

- Sobre o que informar aos Santomenses, o Cda. Silvino considera que será uma ocasião favorável para abordar o problema e discutir também com as autoridades santomenses a situação dos compatriotas nesse país, particularmente saber, dentre outros aspectos, o motivo exacto da fuga do grupo em questão.

.../...

PONTO 3: Propostas apresentadas pelo Departamento das Relações Exteriores do CN

Foi aprovado o seguinte quadro:

- A assinatura de um acordo de cooperação com o PCUS;
- Visita de uma delegação do CN à URSS;
- Participação de uma delegação do Partido no VIII Congresso do Partido Socialista Português (de 19 a 21 de Fevereiro 1988);
- A assinatura de um Acordo de cooperação com o Partido Congolês do Trabalho;
- O envio de uma delegação ao Congresso da Interafricana Socialista (Tunis, 30 a 31 de Janeiro);
- O envio de uma mensagem ao XII Congresso do Partido Espanhol;
- Vinda a Cabo Verde de uma delegação do Partido do Trabalho da Coreia;
- O convite a uma delegação do PSD da RFA, para visitar Cabo Verde.

Seguidamente passou-se ao ponto 2) : A situação das Forças de Defesa e Segurança com as suas alíneas a) e b) - Apreciação das directivas e recomendações da última reunião da Comissão de Defesa e Segurança; e caracterização da situação presente, respectivamente.

Presente na apresentação do referido ponto, o Cda. Agnelo Dantas.

.../...

- Na sequência dos documentos previamente distribuídos, intitulado "Questões a serem analisadas pela Comissão", com destaque para o ponto "Definição da política de defesa e segurança", "As principais recomendações da reunião da Comissão Nacional de Defesa e Segurança, realizada no dia 15 de Julho de 1987, O CDA. Júlio de Carvalho faria uma informação introdutória do estado de andamento das recomendações, tendo realçado as questões já tratadas a nível do Ministério, nomeadamente e dentre outros, o papel e funções das FARP e das FSOP; principais funções das milícias populares; a política de quadros, a fixação dos efectivos para as FARP e FSOP; a complementaridade FARP/FSOP, etc.

- Quanto as questões que merecem orientações da Comissão, salientou dentre outras, as relacionadas com: ter ou não unidades de marinha e da força aérea, limitação ou não do efectivo das milícias populares; articulação entre a polícia e a segurança interna e externa.

- Referindo-se ao tratamento que mereceu estas questões, o CDA. Júlio de Carvalho, diria que inicialmente, no que toca à ideia da reconversão das FARP houve discussões com o Chefe de Estado Maior e alargadas aos comandos e chefias das FARP, tendo sido dadas directivas para se passar imediatamente à sua implementação. Que não foi fácil levar os Camaradas a assumirem a necessidade dessa reconversão; que houve que frear o optimismo inicial, tendo-se constatado que o principal obstáculo no contacto com os Camaradas que integravam a chefia das FARP, consistia num desconhecimento da situação real do país, em particular da política a se seguir nos diferentes sectores; as prioridades traçadas pelo Governo, e, nesse quadro todo, o papel das FARP, tendo em conta a opção que se fez.

- Em relação à caracterização presente, O Cda. Júlio de Carvalho diria muito rapidamente que p.e. em relação às FARP, para citar dados, a partir de 1977, cerca de 240 quadros (entre oficiais e sargento), vêm deixando

.../...

naturalmente as FARP e da altura da criação do Ministério para cá, concretamente, um número de 7 oficiais e 9 sargentos teriam deixado a instituição. Da mesma forma que nas FSOP, um número relativamente elevado teria deixado as Forças um total de 156, entre agentes e sargentos, factos que apesar de normais, exigem um enquadramento adequado de modo a evitar que tomem outras dimensões de carácter especulativo. Não obstante o muito que ainda há por fazer; do trabalho de educação política, fundamentalmente a se realizar no seio dos quadros nomeadamente nas FARP, o Ministério propõe-se continuar esse trabalho, visando uma melhor apreensão da situação do país, e no seio das FSOP, para uma melhor assumpção do cumprimento das suas tarefas, tendo o Cda. Ministro Júlio de Carvalho afirmado a sua convicção de que se está no caminho correcto.

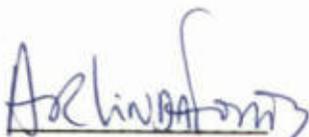
Em relação a estas informações, intervieram os CDAS. Abílio Duarte, Silvino da Luz, Osvaldo Lopes da Silva, Olívio Pires e Secretário Geral Adjunto, tendo-se concluído nomeadamente:

- de um modo geral a situação existente no seio das Forças de Defesa e Segurança é satisfatória; devendo-se contudo dar especial atenção aos aspectos subjectivos de cada força que compõe o Ministério;
- há toda a conveniência e premência em se pôr as milícias populares a funcionar "de facto";
- há necessidade de efectivar a unidade aero-naval, o mais urgente possível. , devendo o Ministério apresentar um estudo técnico sobre as unidades a serem adquiridas, com vista a se implementarem os contactos a nível internacional para a sua aquisição.

.../...

Dado o avanço da hora, foi encerrada a reunião pelas *trêze* horas e quarenta e cinco minutos, como consta a presente Acta que vai assinada por mim que a secretariei e pelo Secretário Geral do Partido que presidiu a reunião.

Secretariou:


/Arlinda Fortes /

O SECRETÁRIO GERAL DO PAICV


ARISTIDES MARIA PEREIRA

Praia, 15 de Fevereiro de 1988.-